DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 4326/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/01878/2013
PROTOCOLO	: 1318215
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTI
RESPONSÁVEL	: RICARDO JUSTINO LOPES
CARGO DO RESPONSÁVEL	: PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO	: CONTRATO N. 28/2012
MODALIDADE	: PREGÃO PRESENCIAL N. 16/2012
CONTRATADA	: J.A. GONÇALVES - EPP
OBJETO	: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
VALOR	: R$ 47.057,60
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. PREGÃO PRESENCIAL. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO. FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL E EXECUÇÃO FINANCEIRA. REGULARIDADE E LEGALIDADE.

DO RELATÓRIO

Trata-se do Contrato Administrativo n. 28/2012, proveniente do Pregão Presencial n. 16/2012, firmado entre a Prefeitura Municipal de Juti e J.A. Gonçalves - EPP, cujo objeto é a aquisição de materiais de construção.

O procedimento licitatório gerador da presente contratação foi declarado regular e legal por esta Corte de Contas, conforme Decisão Singular G.JAS-658/2013, proferida nos autos TC/MS n. 933/2013.

Analisa-se, neste momento, a formalização contratual (2ª fase) e a execução financeira do objeto (3ª fase).

Tanto a equipe técnica da 4ª Inspetoria de Controle Externo, quanto o Ministério Público de Contas opinaram pela legalidade e regularidade da segunda e terceira etapas da contratação.

DA DECISÃO

Da análise dos autos, observa-se o atendimento a todas as exigências legais aplicáveis à matéria, em especial as Leis n. 8.666/93 e 4.320/64, e as normas regimentais expedidas por esta Corte de Contas.

Ante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo art. 10, IV, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76, de 11 de dezembro de 2013, c/c o art. 59, I, da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, acolho a

análise da 4ª Inspetoria de Controle Externo e o parecer do Ministério Público de Contas, e **DECIDO**:

1. pela **regularidade e legalidade** da formalização do contrato administrativo n. 28/2012, nos termos do art. 120, II, do RITC/MS;

2. pela **regularidade e legalidade** da execução financeira do contrato administrativo n. 28/2012, com fulcro no art. 120, III, do RITC/MS;

3. pela **intimação** do resultado deste julgamento às autoridades administrativas competentes, nos termos do art. 50 da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande, 2 de setembro de 2016.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

skg